



PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE: ELEMENTO DE LUTA PELO TERRITÓRIO

AGROECOLOGICAL PRODUCTION IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY ILHA DE SÃO VICENTE: ELEMENT OF FIGHT FOR TERRITORY

Jorlando Ferreira Rocha - UFNT - Araguaína - Tocantins - Brasil

jjagroecologiaemmovimento@gmail.com

Vinicius Gomes de Aguiar - UFNT - Araguaína - Tocantins - Brasil

vinicius.aguiar@mail.uft.edu.br

RESUMO

Essa pesquisa tem como foco o sistema de agroecologia implementado na comunidade quilombola Ilha de São Vicente e é resultado de observações e diálogos com a população que vive nesse território. Sendo assim, tem por objetivo compreender como a agroecologia tem auxiliado essa comunidade na luta pelo território do quilombo da Ilha de São Vicente, uma vez que ela está presente nas práticas produtivas dessas famílias e tem sido organizado enquanto elemento de resistência e sobrevivência. O artigo apresenta como a agroecologia aparece nas atividades da comunidade, especialmente nos sistemas produtivos como: horta, roça, sítios diversificados, criação de galinhas, criação de porcos etc. Os resultados deste trabalho mostram uma diversidade de sistemas produtivos realizados pelas famílias, o que é um importante fator histórico para garantia das condições de manutenção dessa comunidade. Assim, foi possível perceber, que ao longo do tempo a comunidade foi se reorganizando, principalmente a partir do ano de 2010, quando as famílias foram vítimas de um despejo promovido por uma tentativa grilagem da terra quilombola. Estabelecendo diversas estratégias de resistência, tanto do ponto de vista institucional, por meio da criação de uma associação, quanto do ponto de vista da produção de alimentos, baseada nos princípios da agroecologia.

Palavras-chave: Quilombola, Agroecologia, Diversificação, Comunidade.

ABSTRACT

This research focuses on the agroecological system implemented in the quilombola community Ilha de São Vicente and is the result of observations and dialogues with the population that lives in this territory. Therefore, the aim is to understand how agroecology has helped this community in the fight for the quilombo territory of Ilha de São Vicente, once it is present in the production practices of these families and has been organized as an element of resistance and survival. The article presents how agroecology appears in the community activities, especially in production systems such as: vegetable gardens, farms, diversified farms, chicken farming, pig farming, etc. The results of this work show a diversity of production systems carried out by families, which is an important historical factor in guaranteeing the maintenance conditions of this community. Thus, it was possible to notice that over time the community started reorganizing itself, especially from 2010 onwards, when the families were victims of an eviction promoted by an attempt to seize quilombola land. Establishing several resistance strategies, both from an institutional point of view, through the creation of an association, and from the point of view of food production, based on the principles of agroecology.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge do contato com a comunidade, visitas as famílias, registro de imagens, e conversas que ocorreram no contexto do dia a dia, bem como o acompanhamento da realização de atividades produtivas na horta, sítio, com a criação de galinhas e porcos etc. Partimos, portanto, de uma proposta metodológica de estudo de caso. Segundo Yin (2001), este é um modelo investigativo de pesquisa ancorado em fenômenos atuais, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas. Partindo desse princípio, apresentamos os sistemas agroecológicos da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, principalmente no que diz respeito a sua capacidade produtiva dentro de uma área menor que 1 (um) hectare, sem, no entanto, deixar de fora as complexidades que envolve cada sistema de produção.

Vale destacar, de antemão, que a resistência quilombola e camponesa contra as diversas formas de opressão “não significa apenas que os camponeses do Brasil desejam permanecer como produtores rurais familiares, o que já é de elevado significado”. o projeto agroecológico defendido pelas comunidades rurais e/ou periféricas visa a superação das múltiplas formas de violência, a conquista da soberania e segurança alimentar indispensável no processo de resistência sociocultural. Notadamente, “eles buscam construir, via as suas instituições de mediação de interesses e os apoios modestos de políticas públicas, um projeto para a agricultura brasileira que supere aquele implantado pela dominação/hegemonia do modo de produção capitalista” (CARVALHO, 2016, p.163).

As famílias da comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, comunidade situada na região do bico do papagaio, no município de Araguatins (TO), vivem lá antes mesmo da abolição da escravidão. Seus antepassados vieram para Araguatins pagando uma dívida para o fundador da cidade, Vicente Bernardino. Assim, desde a abolição da escravidão, quando foram libertos e a receberam como forma de pagamento, tiveram garantias de que neste território haveria liberdade para realizarem suas experiências produtivas.

Apesar de historicamente realizarem seus sistemas produtivos tanto na Ilha, quanto na parte continental do lado do estado do Pará, em 2010 as famílias foram forçadas a se movimentar em

virtude de um processo peticionado por grileiros que ocuparam o território ilegalmente e tentou retirar a comunidade que vivia lá a mais de 130 anos. Diante do clima adverso, a exemplo da ordem de despejo arbitrária ordenada por juízes favoráveis ao pedido do fazendeiro que ocupara o território, as famílias da Ilha, por meio de sua associação (ACREQUISVI) criada no ano de 2010. Após dez anos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu e declarou como terras remanescentes de quilombo a comunidade Ilha de São Vicente¹. O território possui uma área de 2.502,0437 ha (dois mil quinhentos e dois hectares, quatro ares e trinta e sete centiares) (BRASIL, 2020).

Neste sentido, importa destacar que a produção baseada no sistema agroecológico surge como uma das possibilidades de transformação dos modos de produção no capitalismo. É, portanto, uma ciência que preza pela manutenção de um conjunto de práticas e experiências do mundo concreto. Sobretudo, “baseia-se na aplicação da ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis. Isso conduz à diversificação agrícola projetada intencionalmente para promover interações biológicas e sinergias benéficas entre os componentes do agroecossistema, de modo a permitir a regeneração da fertilidade do solo e a manutenção da produtividade e da proteção das culturas” (Altieri, 2012, p. 15).

Hoje são contabilizadas aproximadamente 65 famílias quilombolas no município de Araguatins -TO. De acordo com a lista da Associação Comunitária Quilombolas da Ilha São Vicente (ACREQUISVI), dentro do território do quilombo residem 12 famílias, que estão organizadas numa parcela de terra menor que 1 hectare. Atualmente ocupam uma área com 32,574 hectares, o que corresponde a 325.741 m², área que é dividida entre, pelo menos, 34 famílias.

O diálogo com a comunidade sobre seus sistemas produtivos nos permitiu, não só desconstruir visões equivocadas de que eles não produzem, como também possibilitou identificar o manejo agroecológico e diversificado praticado por essas famílias ao longo dos anos, mesmo sem apoio do poder público. Sendo assim, o trabalho tem como objetivo compreender como a agroecologia tem auxiliado na luta pelo território do quilombo da Ilha de São Vicente, uma vez que ela está presente nas práticas produtivas dessas famílias e tem sido organizada enquanto elemento de resistência e sobrevivência desta comunidade.

¹ Portaria nº 1.080 do Diário Oficial da União (DOU), de 22 de junho de 2020.

Devemos entender a agroecologia como uma ciência que surge no seio dos movimentos sociais ecológicos pelo mundo. Este é, antes de tudo, um modo de convivência pacífico com a natureza, de cunho social, político e cultural, que visa usar dos conhecimentos camponeses para moldar e/ou superar o modo de produção imposto pelo capitalismo. Além disso, como bem-posto por Rapozo:

As práticas e experiências agroecológicas tem possibilitado a construção de outro modo de vida que transcende a produção de alimentos, um modo de produção e reprodução da vida que resgata um conjunto de valores próprios do camponês, a solidariedade, suas tradições, identidade e cultura, além de visar uma equidade e justiça social que de forma integradora (RAPOZO, 2018, p. 202).

Dessa maneira, as experiências aqui apresentadas corroboram com o debate provocado pela autora. As comunidades rurais, e as periferias nos centros urbanos, são exemplos de resistência e construção de novos modos de bem-viver.

PRODUÇÃO DIVERSIFICADA E SEGURANÇA ALIMENTAR

O trabalho agroecológico da comunidade quilombola Ilha de São Vicente é pautado na diversificação e no envolvimento das famílias, que trabalham articuladamente no intuito de aumentar a diversidade produtiva, principalmente nos sistemas agroflorestais ou sítios diversificados. Logo, a comunidade estudada trabalha com sistemas diversificados em um conjunto de práticas agroecológicas. Altieri (2004, p. 26) defende que: “a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado) têm revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante detalhado”.

Gonçalves (2022), em pesquisa sobre soberania alimentar no sul do país, defende que mesmo a biodiversidade e sustentabilidade dos cultivos não garantindo a segurança alimentar do quilombo por completo, a produção diversificada de alimentos possibilita a resiliência ecológica, além de garantir parte da soberania alimentar, que é a uma das bases, tanto sociocultural, quanto nutricional, das famílias. Portanto, o histórico de diversificação da produção de alimentos da Ilha de São Vicente não é exclusivo desta comunidade, ou seja, trata-se de um modelo estratégico organizado por comunidades negras rurais, em diferentes locais do país.

Consideramos que a segurança alimentar, especialmente quando sustentada pela soberania alimentar, representa o direito de cada grupo, especialmente os povos e comunidades tradicionais, de expressar, manipular e preparar seus alimentos, além de valorizar a diversidade da cultura alimentar (Lima e Vieira, 2018). Portanto, a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, não só estão produzindo de forma diversificada, mas permitindo a segurança e soberania alimentar do grupo. Mesmo que a comunidade não conheça, a nível teórico, as estratégias apontadas por Altieri (2004) em seu trabalho, sabem que quando o manejo animal e vegetal é realizado respeitando a natureza e de maneira diversificada, uma espécie acaba contribuindo com a outra.

Nesse sentido, corroboramos com o que diz Guzmán e Molina (2013, p. 16): “a única solução para o problema socioambiental que atravessamos está num manejo ecológico dos recursos naturais, em que apareça a dimensão social e política que traz a Agroecologia e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em busca por uma soberania alimentar”. Por fim, é possível apontar que as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, estão trabalhando no sentido de favorecer todas as suas unidades produtivas quando permite que um conjunto de interações aconteçam entre estes sistemas produtivos.

AGROECOLOGIA QUILOMBOLA NA ILHA DE SÃO VICENTE

(...) a agricultura agroecológica vai além de um conjunto de técnicas para o manejo dos bens naturais e produção de alimentos saudáveis, ela é também um modo de vida, estratégia de enfrentamento político, luta e resistência dos agricultores camponeses que veem o campo como um espaço de vida, de trabalho, de construção de conhecimentos e relações sociais mais justas e solidárias (RAPOZO, 2018, p. 202).

As famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente desenvolvem sistemas produtivos em lotes separados, em uma parcela de terra menor que 1 hectare. É neste espaço que produzem: horta, roça, criação de galinha, criação de porcos, sítio, extrativismo entre outros. Apesar de não terem conhecimento teórico sobre os princípios e conceitos da agroecologia, colocam em prática ações relacionadas aos princípios agronômicos, ecológicos, socioeconômicos. Aquilo que Soares (2020, p.37), aponta como “(...) uma nova identidade econômica, em que um indivíduo que não quer agir sozinho nem define o seu comportamento pela constante procura de maximização dos seus próprios interesses materiais, associa o seu modo econômico de comportamento a um

compromisso com uma comunidade, com repercussões na esfera pública, social, econômica e política”.

Nossa reflexão encontra sentido no que diz Rapozo (2018, p. 199), quando afirma que o campesinato é uma categoria política, está assentado nas lutas e resistências empreendidas por “homens e mulheres que têm o espaço rural como lugar de trabalho, morada e de vida. A historiografia do espaço agrário brasileiro mostra que os camponeses possuem grande capacidade de adaptação, de reinventar-se, de se organizar e articula-se entre si, sempre que necessário”. Para essa comunidade a relação com o território e o ambiente em que vivem, dormem e acordam é fundamental para o fortalecimento de suas práticas. Para os quilombolas da Ilha de São Vicente, a gama de conhecimento que têm sobre o solo, as plantas, os animais, o rio Araguaia, o cuidado com as espécies vegetais animais, a forma como realizam o manejo dentro do território utilizando todos os recursos possíveis vivos e não vivos, é de fundamental importância para dar continuidade às futuras gerações e seus modos de vida.

A título de exemplo, na figura 1, apresentamos a criação de galinha caipira realizada por uma das famílias da comunidade. Neste caso, Deusivan Ferreira Rocha cria suas galinhas de forma semiconfinada, o que permite que ele desenvolva outras atividades, como os sistemas agroflorestais, que também podem ser observados no quintal onde são manejadas as galinhas.

Figura 1. Exemplos de sistemas produtivos desenvolvidos na Comunidade da Ilha São Vicente



Fonte: Rocha (2022).

O modo de produção presente nestes quintais agroecológicos, é mais uma forma de resistência criada pelos grupos subalternizados do campo que tem como princípio:

a organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de forma de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamentos”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2002, p. 2).

Neste contexto, o trabalho de Agroecologia realizado pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente vai ao encontro do que é apontado por Altieri (2004 p. 23): “A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes”.

Para a comunidade, criar os animais para o sustento da sua família, poder produzir frutas, verduras, legumes, colher dentro do sistema de forma individual e coletiva, pescar o peixe no rio para alimentação sem ter que comprar peixes de criatórios convencionais, entrar no rio para banhar, ou até mesmo ficar dentro de uma rede observando a água do rio descer, observar a casa e o rio rodeado de árvores diversificadas, plantas medicinais, tudo isso faz parte dessa forma de viver presente na Ilha São Vicente e em outros aglomerados onde o princípio agroecológico rege as relações socioeconômicas.

Sendo assim, mesmo algumas famílias vivendo na cidade com empregos fixos ou temporários, eles desenvolvem diversas maneiras de manter suas práticas culturais e proteger o território onde estão estabelecidos, pois a relação que possuem com os sistemas produtivos, plantando frutas como: cupu, laranja, caju, manga, além de culturas de roçar mandioca e banana, respeitando o meio ambiente, preservando espécies florestais como ipê, jatobá, babaçu, taturubá etc, permite que continuem resistindo às adversidades e mantenham o território.

Desta forma, a comunidade ocupa os espaços do território usando conhecimentos adquiridos na relação com a terra para implementar sistemas de produção utilizando as técnicas presentes na agro biodiversidade. Além disso, defendem uma “política da produção”, onde os mais velhos procuram guardar e resgatar as suas sementes e transmitir para as novas gerações aquilo que aprendeu com seus pais.

O quadro a seguir, apresenta de forma resumida as cadeias produtivas e agroecológicas desenvolvidas na comunidade quilombola Ilha de São Vicente e sua organização social dentro do território. No entanto, os detalhes sobre os diversos sistemas produtivos e organizacionais realizado há décadas pelas famílias será apresentado em momento posterior.

Quadro 1 - Sistemas produtivos, agroecológico e organizacional da comunidade Quilombola Ilha de São Vicente

| Lotes | Nº de pessoas | Roça | Galinha | Porcos | Horta | Sítio | Pesca | Babaçu | Casa ou barraco |
|-------|---------------|-------------------------------|---------|--------|-------|-------|-------|--------|-----------------|
| 1 | 2 | X | X | | X | X | x | x | x |
| 2 | 1 | X | X | | X | X | x | x | x |
| 3 | | | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | | | |
| 5 | | | | | | X | x | | x |
| 6 | | X | | | | X | x | X | x |
| 7 | | | | | | X | x | X | x |
| 8 | | | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | | | |
| 10 | | X | | | | X | x | X | x |
| 11 | | | | | | | | | x |
| 12 | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | | | |
| 15 | | | | | | | | | |
| 16 | | | | | | | | | |
| 17 | 4 | X | X | x | X | X | x | X | x |
| 18 | 2 | | X | | | X | | X | x |
| 19 | | | | | | | | | |
| 20 | | | | | | X | x | | x |
| 21 | | Área que deveria ser a igreja | | | | | | | |
| 22 | 3 | X | | | | X | x | X | x |
| 23 | 1 | | | | X | X | x | X | x |
| 24 | 4 | | X | x | X | X | x | X | x |
| 25 | | X | X | | | X | | X | x |
| 26 | | | | | | | | | |
| 27 | 3 | X | | | | X | | X | x |
| 28 | 5 | X | X | x | X | X | x | X | x |
| 29 | | | | | | | | | |
| 30 | | Área da Associação | | | | | | | |
| 31 | | | | | | | X | | x |
| 32 | 5 | X | X | | X | X | X | X | x |
| 33 | 1 | | X | | | X | | X | x |
| 34 | 5 | | X | | X | X | X | X | x |
| Total | | 10 | 10 | 3 | 8 | 18 | 15 | 16 | 20 |

Fonte: Rocha (2023).

Algo bastante relevante levantado por Altieri (2004), sobre a importância das interações dos agroecossistemas é percebido pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, que desenvolve os sistemas diversificados é que: “Embora os agroecossistemas tradicionais variem com as circunstâncias geográficas e históricas, muitas características estruturais e funcionais são compartilhadas pelos diferentes sistemas”. Além disso, a convivência de diferentes espécies no mesmo espaço impõe novas dinâmicas ao ambiente já que estes, “exploram toda uma gama de

microambientes, mantêm os ciclos de materiais e resíduos, têm como suporte interdependências biológicas complexas, utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos” (ALTIERI, 2004, p. 31).

Por fim, o manejo e produção realizado pela comunidade aqui estudada, possibilita que a produção gire tanto dentro da comunidade como nos comércios e feiras locais, onde os produtores podem adquirir mais produtos que contribuam com a diversidade nutricional e, também, mercantilizar o excedente da produção da comunidade, “revertendo deste modo, o valor gerado não só para si próprio, mas também para os outros, para o interesse geral e comum. Este modo diferente de operar leva-nos a questionar ou a redefinir e ampliar a noção de valor (Soares, 2020, p.37).

ROÇA DE TOCO NO QUILOMBO DA ILHA DE SÃO VICENTE

A prática da realização de roça na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, culturalmente faz parte das atividades prioritárias realizadas no âmbito comunitário e familiar. O sistema produtivo de roça mais utilizado é o da “roça de toco”. Para que isso seja possível, eles fazem a derrubada do mato durante o período da seca e/ou verão amazônico. Quando inicia as chuvas, com o mato derrubado e seco, realiza-se a queima deste material orgânico. Em seguida, os responsáveis pela unidade de produção, juntam os garranchos (galhos) que ficaram e vão *encoivarar* (juntar), para em seguida tornar a queimar. Após todo este processo, a área da roça de toco está pronta para o plantio.

As roças de toco implantadas na Ilha de São Vicente, é semelhante ao que é realizado em outras comunidades quilombolas tocantinenses, como a desenvolvida pelo quilombo Kalunga do Mimoso, localizado no município de Arraias, sul do estado do Tocantins. Como descrito por Souza (2018, p.41).

O sistema de cultivo de corte e queima é praticado na comunidade quilombola Kalunga do Mimoso há mais de 250 anos. As práticas agrícolas herdadas permitiram ao longo dos anos a produção de alimento e a soberania alimentar das famílias que vivem na referida comunidade. Para desenvolver as práticas agrícolas de corte e queima, os agricultores utilizam florestas, água da chuva e solos férteis.

Porém, esta não é a única maneira que a comunidade organiza a roça. Existem casos eventuais em que a prefeitura oferece alguns maquinários agrícolas, não só para os quilombolas,

mas também para outras famílias que vivem dentro do território, bem como os grandes fazendeiros. Quando isso ocorre, o quilombo associa o uso do maquinário com as técnicas da roça de toco. Certamente, “essa organicidade e capacidade de adaptação é possível graças à diversidade camponesa existente, não havendo assim um modelo ou perfil de camponês pré-existente. Há o camponês sitiante, camponês assentado, camponês quilombola, camponês morador de condição, entre outros” (Rapozo, 2018, p.199).

Cabe destacar outro aspecto sobre as roças do quilombo, especialmente em relação a variedade, pois as famílias sabem que quando o plantio é realizado de forma diversificada, algumas espécies acabam contribuindo com a outras. Assim, Altieri (2004) enfatiza que:

Uma estratégia importante para minimizar as perdas em caso de ataques de doenças e nematóides é o aumento de espécies e/ou de diversidade genética dos sistemas de cultivo, utilizando-se, simultaneamente, vários focos de resistência. A mistura de diferentes espécies de plantas ou variedades pode retardar o surto de doenças, reduzir a disseminação de esporos infectados e modificar as condições ambientais, tais como umidade, luminosidade, temperatura e deslocamento de ar, tornando-as menos favoráveis à difusão de certas doenças (ALTIERI, 2004, p. 33).

Além da produção de alimentos ser bastante diversificada, as pessoas do quilombo procuram não utilizar nenhum tipo de herbicida ou inseticida, mesmo para eliminar o mato ou combater os insetos que atacam suas plantas. Na figura 2, realizada no lote de Fábio, podemos perceber algumas culturas que ficaram após a realização de um plantio consorciado, onde antes havia sido plantado milho como cultura principal, hoje podemos perceber apenas as culturas de ciclo mais longo como: coco da praia, banana, mandioca e algumas plantas de rama.

Figura 2. Área de roça diversificada implantada pelo Fábio.



Fonte: Santana (2023).

No entanto, isso não significa que não existe o uso destes produtos químicos dentro do território. Apesar da resistência das famílias em utilizar produtos que podem vir a prejudicar o meio ambiente, nem sempre elas conseguem evitar, principalmente quando o assunto é formiga saúva, uma vez que este é um dos principais desafios enfrentados na busca pela ampliação dos sistemas de produção da comunidade.

Nesse sentido, é possível apontar alguns fatores preponderantes que contribuem para que as famílias recorram a outro tipos de práticas, não agroecológicas, no trato com a terra. Isso ocorre, entre algumas famílias que trabalham e residem no centro urbano. Logo, estas pessoas vão para a comunidade rural nos feriados e finais de semanas. Dessa maneira, procuram otimizar o tempo utilizando insumos sintéticos, principalmente voltado para a capina química, porém, o número de famílias que fazem essa prática é pequeno, no máximo duas ou três famílias, quando comparado as outras que não usam.

No quilombo da Ilha de São Vicente, anualmente, pelo menos dez famílias realizam a atividade de roça, sendo que na maioria das vezes os plantios são consorciados. Dentro desta realidade, é comum que o número de espécies plantadas na mesma área passe de cinco. A figura 3, apresenta o plantio de feijão solteiro, que exige capina, ou seja, não pode ser consorciado com outras culturas. O plantio em questão, é realizado pelo quilombola Antonino, durante o período das chuvas.

Figura 3. Plantio de feijão do Antonino da Silva Noronha.



Fonte Noronha (2023).

Os plantios ocorrem em uma área reduzida, se comparado ao território completo da ilha, como podemos perceber na figura 3, referente ao plantio de feijão. Culturas como essas, na maioria das vezes é apenas para o consumo em um curto período. Logo, para que ocorra a expansão da produção, as famílias quilombolas aguardam a retirada das pessoas invasoras do território, sejam eles ocupantes de pequenas e ou grandes áreas.

Os roçados são realizados anualmente, de forma diversificada, podendo ser encontrado na época de produção culturas como: mandioca, abóbora, feijão, milho, pepino, quiabo, gergelim, banana, tomate, melão, mamona, vinagreira e tantas outras culturas. Porém, por se tratar de uma área reduzida, menor que um hectare, a dinâmica para aumentar a área produtiva fica limitada.

Dentre as vinte famílias quilombolas que produzem dentro da comunidade, dez realizam roça de toco. E dessas, pelo menos nove realizam plantios com mais de três culturas, sendo que uma família tem como carro chefe a produção de mandioca sem consorciar com outras culturas. A figura 4, disposta abaixo, demonstra como fica o plantio de mandioca quando formado, não estando consorciado com outras culturas.

Figura 4. Plantio de mandioca do Antonino da Silva Noronha



Fonte Noronha (2023).

No decorrer do tempo, o número de pessoas que realizam roça diversificadas sofre pequenas oscilações, pois algumas famílias acabam desistindo do sistema de produção de roça de toco, devido aos desafios como: falta de canoa, ataque de capivara, falta de recurso para se deslocar da cidade até a comunidade, uma vez que existem famílias que não residem na Ilha, além de tantos outros fatores limitadores que cerca quem vive como ribeirinho, quilombola, entre outros grupos

tradicionais, que são pouco assistidos por políticas públicas. Apesar dos desafios impostos e das adversidades, o ciclo não para e outras famílias vão dando continuidade aos sistemas de produção.

CRIAÇÃO DE AVES NO QUILOMBO DA ILHA DE SÃO VICENTE

Na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, a prática de criação de galinha caipira e outras aves, como patos, por exemplo, é tão antiga quanto outros sistemas produtivos já citados. Assim, a atividade pode ser considerada como relacionada com o conhecimento que é transmitido para as outras gerações. O trabalho realizado por Barbosa et al. (2007) reforça a temporalidade da existência das aves no Brasil.

Introduzida na época do descobrimento do Brasil, originária de quatro ramos genealógicos distintos, o americano, o mediterrâneo, o inglês e o asiático, a galinha caipira, não recebendo as práticas de manejo adequadas, adquiriu resistência a algumas doenças e se tornou adaptada ao clima local (BARBOSA *et al.*, 2007, p. 12).

A criação de galinha na comunidade é diferente de outras criações, como de porcos e o cuidado com a horta, uma vez que estas últimas sofrem com interrupções constantes ou desistência dos agricultores. A criação de aves, mesmo com as dificuldades de manejo por diferentes motivos, a produção segue. As famílias que criam galinha caipira, bem como outras aves, dentro da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, procuram ofertar para as aves uma alimentação que envolve mandioca, farelo de coco babaçu, milho, folhas de bananeira encontradas dentro da própria comunidade, ou seja, não é só a liberação das aves para ir em busca de alimento fora do cercado. Este contexto reduz consideravelmente a necessidade de compra de milho ou rações industrializadas.

Mesmo com pouco conhecimento técnico sobre os aspectos nutricionais das aves, a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente leva em consideração as observações realizadas sobre o comportamento das aves, bem como o que é apontado por Barbosa et al. (2007):

Além dos grãos de milho moído e do farelo de soja, que são os mais largamente utilizados em dietas de frangos, pintos e galinhas, outras opções de alimentos podem ser utilizadas desde que tenham composição química adequada e sejam isentos de substâncias antinutricionais que dificultem a digestibilidade e a absorção de nutrientes (BARBOSA *et al.*, 2007, p. 23).

Após conseguirem alcançar tamanho e peso adequados, as aves contribuem não só com alimentação das famílias, como também em alguns momentos ajudam na renda. A Figura 5, disposta a seguir, demonstra uma das famílias apresentando sua criação de aves, dentro do cercado de tela. Esta é uma das maneiras utilizadas para realizar as suas criações. Além disso, no quilombo, a criação de aves é culturalmente uma atividade realizada por mulheres e crianças quilombolas, por ser próxima a casa e permitir a associação com outras atividades, como regar plantas e atividades domésticas.

Dentre os tipos de galinhas existentes no quilombo, a predominância é a caipira. Mas dentre as dez famílias do quilombo que trabalham com a criação de galinhas, existem pelo menos cinco raças diferentes sendo criadas pelas famílias: caipira, índio, índio gigante, caipirão, garnisé Nagasaki, podendo além dessas, ser encontradas outras raças que para as famílias são classificadas apenas como caipira, no caso da galinha pescoço pelado.

Figura 5. Manejo da criação de aves semi - confinada realizada por Domingos Willian.



Fonte: Rocha, 2022.

Cabe destacar que pelo menos quatro famílias trabalham com outras aves, como é o caso dos patos, onde pelo menos três famílias criam este tipo de ave, e uma que trabalha com a criação de codornas, porém o número dessas aves é bem menor quando comparados com as galinhas.

O manejo das aves, apesar de ser bastante parecido entre as famílias, existem algumas particularidades no caso da criação de galinha caipira ou caipirão. Pelo menos sete famílias possuem uma estrutura cercada com tela para colocar as galinhas e realizar o manejo. Outras duas famílias

possuem o galinheiro com uma única divisão dentro do cercado, mas há também galinheiros com mais de uma divisão.

As divisões dentro dos galinheiros facilitam o manejo e permitem a separação das aves grandes e os pintinhos. Mesmo as famílias que possuem cercados com divisões, algumas vezes durante a semana, as famílias deixam as galinhas que estão semiconfinadas saírem em busca de outros alimentos, reduzindo a quantidade de alimento ofertado durante a semana. A criação das aves nem sempre é semiconfinada, uma vez que ao menos três famílias fazem o manejo solto dentro de sua parcela de lote, por não possuir estrutura adequada.

Outra particularidade que chama atenção é a criação de galo índio ou galo de briga, essa atividade é realizada por apenas uma família dentro da comunidade, a mesma família que desenvolve a criação de codorna (figura 6).

Figura 6. Criação de codornas da família do Jovenilson Barnabé Noronha



Fonte: Rocha (2022).

Os galos índios são colocados em gaiolas separadas para evitar que briguem entre si. Algumas vezes eles são liberados das gaiolas para que possam se exercitar, já as codornas são mantidas em cercados ou gaiolas de telas para evitar que fujam até que chegue o período de abate.

A forma de reprodução das aves é a tradicional, onde as galinhas passam um tempo deitadas sobre os ovos à espera dos pintinhos nascerem. Porém, dentro da comunidade existe uma chocadeira e outros equipamentos, como bebedouro, comedouro, que foram doados para algumas famílias pelo projeto promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), elaborado pela Alternativas para Pequenas Agricultura no Tocantins (APA-TO) e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO). No entanto, a queda de energia constante na

comunidade e a pouca experiência das famílias com a tecnologia, deixou algumas pessoas com receio de utilizar o equipamento.

Na tentativa de utilizar o equipamento, alguns integrantes do grupo de produção já tentaram utilizar a chocadeira, porém houve muita perda de ovos e a maior parte das famílias optou por não usar o equipamento. Mesmo assim, uma das famílias sempre tem utilizado a chocadeira para aumentar o seu plantel, inclusive reproduzir as codornas, que na ausência da chocadeira demandam uma garnizé no processo de reprodução.

CRIAÇÃO DE PORCOS NO QUILOMBO DA ILHA DE SÃO VICENTE

A criação de porcos caipira, realizado pelos quilombolas da Ilha de São Vicente, apesar de ser praticada a bastante tempo pelas famílias que vivem no território, as raças mantidas são semelhantes as criadas por seus antepassados, pois são consideradas pelas famílias como rústicas, que não adoece com frequência e é resistente às condições ambientais.

Na entrevista publicada por Almeida et al. (2014), cedida pelo Sr. Salvador, que é quilombola da Ilha de São Vicente, é destacado que:

Os porcos foi o meu pai que criava naquela época... aí quando ele morreu ficou essa criação de porco aqui, bravo ainda hoje em dia existe essa criação de porco brabo, vão matando mais as porcas vão parindo é o porco piau,...piauí preto... tem outro tipo também, pois é tem porco branco também, que dá raça de porco pinta, tem de todo jeito. Mais essa criação de porco ainda é do tempo do veio meu pai, pois existe aí as porcas que vão parindo e aumentando (p. 5).

A criação de porcos na comunidade está em decadência, principalmente por conta da redução do seu território. Em outros tempos, após abolição da escravidão, a produção de porcos era grande, já que a comunidade não tinha limitação do território causado por vizinhos e invasores nas proximidades. As famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, além de não se preocupar com a falta de alimentação devido a abundância de plantas frutíferas nas matas, os porcos não viviam o tempo todo dentro de cercados confinados, todos eram soltos pela Ilha. A figura 7 apresenta uma das estruturas utilizadas atualmente no quilombo.

Hoje a criação de porcos é uma atividade realizada como todas as outras, apenas como forma de melhorar alimentação e complementar a renda. Por tanto, são poucas as famílias que conseguem

desenvolver atividade de criação de porcos presos (confinados). Logo, a atividade é desenvolvida por apenas três e no máximo quatro famílias dentro da comunidade. Assim, o quantitativo tem diminuído não só no número de pessoas que desenvolvem atividade, como também na quantidade de porcos criados por estes. Algumas famílias, entre os anos de 2018 e 2020, chegaram a produzir de 25 a 35 porcos, entre grandes e pequenos. Já outras famílias preferem manter apenas a quantidade suficiente para o consumo, que muitas vezes não passam de 5, entre grandes e pequenos.

Figura 7. Criação de porcos da Kauanna e Jovenilson



Fonte: Rocha (2022).

Os porcos criados na comunidade são manejados de forma confinada, os cercados são construídos de várias maneiras, entre eles estão: alvenaria, tábua, tela e arame farpado. Assim como existe diversidade de cercado, ocorre também a diversidade em relação ao tamanho dos cercados podendo ser de 1,5m x 2,5m, 10m x10m, 20m x30m e assim por diante.

Outra mudança notada é na alimentação das criações, no passado os porcos eram manejados soltos no território, as criações iam em busca de parte de sua alimentação na beira das lagoas, rio, mata e as famílias apenas faziam uma pequena complementação da alimentação com aquilo que era produzido na roça e nas casas de farinha. Atualmente não só aumentou a quantidade de alimento que as famílias têm que ofertar para as criações de porcos, criadas de forma totalmente confinadas, como também houve uma redução do tamanho da área de roça realizada pelas famílias, isso principalmente devido a redução do território e a chegada de novas famílias nas proximidades, como também a diminuição da mão de obra familiar nas atividades da roça.

PRODUÇÃO DE HORTALIÇA NO QUILOMBO DA ILHA DE SÃO VICENTE

A produção de hortaliças como alimento para garantia da segurança alimentar das famílias quilombolas faz parte da história da comunidade, assim como outras diversas culturas produzidas nas roças de toco, como milho, fava e feijão. A prática é voltada para o consumo familiar. Assim, o tipo de cultura a ser plantada, bem como o modelo adotado, depende basicamente do interesse de cada grupo familiar, além da disponibilidade de tempo e recurso disponível.

No entanto, apesar da comunidade viver a séculos a beira do rio Araguaia as famílias sempre optaram por produzir a maioria dos seus alimentos durante o período do inverno, época em que não se tem muito gasto de energia elétrica, apenas energia física para manter os alimentos a frente do mato, diminuído ao máximo possível a competição. A Figura 8 mostra dona Beatriz, dentro de sua horta irrigada e diversificada, mostrando a sua produção de berinjela.

Figura 8. Produção de hortaliça da Beatriz e dona Raimunda



Fonte: Rocha (2022)

A produção de berinjela e outras hortaliças dentro da comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, mostra que as famílias sempre tiveram uma alimentação bastante diversificada, o que não garante, mas contribui com a segurança e a soberania alimentar, tanto de produtos de origem vegetal, mandioca, milho, banana, inhame, melancia, melão e diversos tipos de hortaliças, quanto animal, como: peixes, porcos, carne de gado, caças. Porém as hortaliças eram produzidas nas roças durante o inverno. Neste período as famílias produziam: melancia, maxixe, pepino, quiabo, abóbora, jerimum e tantos outros.

Atualmente, inúmeras mudanças ocorreram na Ilha de São Vicente, que impactaram a produção de alimentos e levaram ao aumento da busca por diversas outras fontes de renda e de alimentação, seja dentro ou fora da comunidade. As alterações estão relacionadas com as mudanças climáticas, que impactam diretamente a produção de inverno (no período de chuvas, uma vez que tem alterado o ritmo, a intensidade e o período das precipitações), passando pela redução da área de produção pelas famílias quilombolas devido a invasão de pessoas e a intensificação do conflito fundiário pelo território da Ilha, até a chegada de políticas públicas como a instalação de energia elétrica na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, a maior oferta de equipamentos motorizados, além da redução da mão de obra familiar e a redução do número de pessoas que vivem na comunidade.

Neste contexto, alguns quilombolas percebem que a produção de hortaliças irrigadas tem se tornado cada vez mais comum entre as famílias da comunidade. Na figura 10 podemos perceber o plantio de pimenta irrigada realizado por Antonino da Silva Noronha, morador da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

Figura 9. Plantio de pimenta do Antonino



Fonte: Noronha (2023).

No entanto, o número de famílias que realizam essa atividade ainda é pequeno quando comparado com outras atividades, como: sítio, pesca e extrativismo do babaçu. A quantidade de pessoas que desenvolve atividades na horta, dificilmente passam de dez, e se levarmos em

consideração as pessoas que fazem a comercialização de hortaliça, o número de pessoas ainda é menor. Na maioria das vezes as famílias que vivem na comunidade produzem hortaliças apenas para seu consumo diário.

A figura 11 é uma imagem típica de diversificação encontrada nos quintais quilombolas da Ilha de São Vicente, presenciada no lote do Fábio, onde em uma mesma área você pode encontrar banana, pimenta e outras culturas que muitas vezes são plantadas na roça como no caso da mandioca.

Figura 11 Plantio de pimenta e outras culturas no lote do Fábio Barros



Fonte: Santana (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de agroecologia na comunidade quilombola Ilha de São Vicente é algo presente em todos os sistemas produtivos realizados pelas famílias quilombolas, criação de aves, porcos, sítios e hortas. Apesar disso, diante da diversidade produtiva encontrada nas onze famílias visitadas, percebe-se que se os quilombolas não conseguiram acesso a políticas públicas de forma constante, o que limitou o acesso ao território, e tiveram que lutar de forma muito intensa para conseguir avanços em relação a regularização fundiária e territorial da Ilha, além de ter que enfrentar uma série de desafios para que as pessoas do quilombo consigam acessar educação e saúde que contemplem as demandas da comunidade.

Segundo Haesbaert (2003, p.17), “numa leitura de território que dá ênfase à dimensão cultural, temos a desterritorialização vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais”. Devemos compreender, portanto, que o território é, antes de tudo, um

emaranhado de relações materiais e simbólicas estabelecidas em tempo e espaço. A produção do território e sua manutenção “[...] por causa de todas as relações que a envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993a, p. 17) “o território em que vivemos” não se limita a “um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico” (2007b, p. 82).

Assim, as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente lutam há mais de 130 anos para acessar políticas públicas e fazer valer seus direitos por meio da agroecologia, uma vez que ela é uma estratégia de enfrentamento a este contexto, tanto na garantia da segurança e da soberania alimentar, quanto na manutenção do modelo de existência que viabiliza uma vida voltada para a construção e a transmissão de conhecimento relacionado a produção de alimento, de forma autônoma, sem impactar negativamente a saúde das pessoas que trabalham nos roçados e criação de animais. Logo, a resiliência que a comunidade apresenta na luta por políticas públicas e por melhores condições para produzir alimentos, permite a manutenção das famílias no território e permitirão que os quilombolas possam voltar a realizar seus sistemas de produção em uma área maior e de forma diversificada.

Como consequência do sucesso do quilombo no acesso às políticas públicas, especialmente a fundiária, a ser alcançado no futuro, seria proporcionado dentro do território uma maior renda com a maior quantidade de alimentos produzido, além de oferecer uma maior segurança alimentar para as famílias quilombolas que vivem da agroecologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; et al. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombolas da Ilha de São Vicente Araguatins, Tocantins, 11. Manaus: UEA Edições, 2014.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BARBOSA, F. J. V.; NASCIMENTO, M. D. P. S. B. D.; DINIZ, F. M.; NASCIMENTO, H. T. S. D.; NETO, R. B. D. A. **Sistema alternativo de criação de galinhas caipiras**. Teresina, PI: Embrapa Meio-Norte,

2007. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/69408/sistema-alternativo-de-criacao-de-galinhas-caipiras>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria Nº 1080, de 8 de Junho de 2020. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de jun. 2020. 117 ed., seção 1, p. 13.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque Científico e Estratégico. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n.2, abr/junh.2002. p. 13-16.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária do Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GONÇALVES, Maiara Cristina; et al. Agricultura tradicional e soberania alimentar: conhecimento quilombola no manejo de plantas alimentícias. **Journal of Ethnobiology**, 2022.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LIMA, Anna Erika Ferreira; e VIEIRA, Ezequiel Andrew Ângelo Barroso. Extensão e formação: segurança e soberania alimentar no quilombo da Serra do Evaristo. **Kwanissa**. São Luís, 2018.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: 2002.

HAESBAERT, R.. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, jan., 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993a/2007b.

RAPOZO, Bruna Maria da Silva. Quintais agroecológicas e soberania alimentar na agricultura camponesa do sertão do Pajeú, Pernambuco. **RPPR** – Rio de Janeiro – vol. 5, nº 2, maio a agosto de 2018, p. 194 – 215.

SOARES, Conceição. A economia dos comuns e a co-criação de valor: O caso da Enspiral. **JOURNAL OF STUDIES ON CITIZENSHIP AND SUSTAINABILITY**. Institute of Sociology, University of Porto, 2020.

SOUZA, L. D. S. **Transformações do sistema agrícola da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso (Tocantins): a agricultura de corte e queima em questão**. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2018. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/33986>. Acesso em: 26 set. 2023.

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

Jorlando Ferreira Rocha - Possui graduação em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Tocantins Campus Araguatins IFTO (2017) Pós -Graduação em Ciências da Natureza e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Tocantins Campus Araguatins IFTO (2022), mestrado pela UFNT Campus de Araguaína, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (2023). Atualmente estou como coordenador do projeto de regularização territorial no Tocantins, (COEQTO), coordenador do projeto Levantamento da sócio biodiversidade (APA-TO). Tem experiência em Agroecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Agroecologia, cultura e identidade quilombola, sociobiodiversidade, sistemas agroflorestais.

Vinicius Gomes de Aguiar - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em Geotecnia e Construção Civil pela Universidade Federal de Goiás (2009) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2015). Docente do curso de licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins, é membro do Neuzo - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas - e atua no Escritório do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Goiás. Possui experiência em trabalhos envolvendo conflitos ambientais, territoriais, geotecnologias e comunidades tradicionais.

Recebido para publicação em 13 de outubro de 2023.

Aceito para publicação em 24 de outubro de 2023.

Publicado em 22 de outubro de 2024.